

Silvia Cristina Yannoulas
(Organizadora)

Lourdes Maria Bandeira | Marcia C. Barbosa e Betina S. Lima
Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Márcia Barbosa de Menezes
Maria Rosa Lombardi | Talita Santos de Oliveira
Cláudia Pereira Vianna | Marly de Jesus Sá Dias
Marlene Teixeira e Maria D. Stphanie R. Cerqueira | Nora Goren
Mariana Mazzini Marcondes | Anabelle Carrilho

Trabalhadoras

Análise da Feminização das Profissões e Ocupações

Realização:



Apoio:



Brasília, 2013

© *Copyright*: Silvia Cristina Yannoulas, 2013

As ideias contidas e as opiniões emitidas neste livro são de responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desde que citada a fonte.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1999, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Conselho Editorial

Almira Rodrigues, Cleia Schiavo Weyrauch, Evilásio Salvador,
Francisco Inácio de Almeida, Ivan Alves Filho, Ivônio Barros Nunes.

Revisão e Edição Final

Tereza Vitale

Projeto Gráfico

Samuel Tabosa de Castro

Figura da capa

iStockphoto LP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Y24t Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações / Yannoulas,
Silvia Cristina (Coord.) – Brasília : Editorial Abaré, 2013.

304 p. 15,5 x 22,5 cm.

ISBN: 978-85-89906-17-3

1. Ciências sociais. Divisão sexual do trabalho; Relações de Gênero (Feminização).
 2. Sociologia; Sociabilidade; Profissões; Ocupações; Sociologia do trabalho.
- I. Universidade de Brasília. Grupo de Pesquisa TEDIs, CNPq Edital Universal.
II. Silvia Cristina Yannoulas.

CDU – 300

301

305.4

Quadra 201, Lote 4, Bloco G-801
Águas Claras – CEP 71937-540 – Brasília-DF
Fone: (61) 3879-6881 / (61) 9986-3632
abare.editorial@gmail.com / terezavitale@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sobre o que nós, mulheres, fazemos¹

Silvia Cristina Yannoulas

Estudos de Gênero e Estudos do Trabalho

E, quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, 'O Anjo do Lar'. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. (...) Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. (...) seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura.

(Virginia Wolf)²

Na virada do século XX para o XXI houve uma marcada convergência entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho, com a emergência

1 As ideias estruturantes dessa introdução foram publicadas na revista *Temporalis* (YANNOULAS, 2011), e posteriormente debatidas com diversidade de públicos em eventos internacionais e nacional: Seminário Internacional da Rede sobre Trabalho Docente (Redestrado), realizado em julho de 2012, em Santiago de Chile; Congresso Latino-Americano de História das Mulheres, realizado em setembro de 2012, em Buenos Aires; e Seminário sobre Feminização do Trabalho Docente, organizado em novembro de 2012 pelo Gestrado/UFMG, em Belo Horizonte. Agradecemos a tod@s interlocutor@s, incluídas Maria Lucia Teixeira Garcia (Ufes) e Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS) – na época da publicação editoriais de *Temporalis*, a Iris Maria de Oliveira (UFRN), atual editora da revista que gestionou a autorização para utilização do mencionado artigo nessa introdução, e aos anônimos pareceristas da publicação e dos eventos, que com seus questionamentos e sugestões nos incentivaram a melhorar as reflexões sobre os processos de feminização. Finalmente, os minuciosos comentários de Cláudia Vianna (USP) e Ângela M. F. L. e Souza (UFBA), e o olhar atento e generoso de Almira Rodrigues (CFemea), contribuíram em grande medida para desenhar a versão final desta introdução.

2 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 11-12.

de análises sobre o emprego e o desemprego femininos no contexto da passagem do sistema taylorista-fordista de produção para o sistema de produção flexível ou toyotista (a denominada reestruturação produtiva), marcada também pelo gradativo desmonte dos sistemas de bem-estar social (ver BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; HIRATA, 2002; TORNIS, 2003; CATTÁNEO; HIRATA, 2009).³

Essa convergência entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho outorgou maior visibilidade acadêmica ao espaço reduzido e desprestigiado ocupado pelas mulheres nos mercados de trabalho. As pesquisas então demonstraram de maneira contundente aspectos da dupla segmentação do mercado de trabalho, que já haviam sido apontados por trabalhos pioneiros (p.ex., SULLEROT, 1971): a segmentação horizontal (poucas profissões e ocupações absorvem a maioria das trabalhadoras) e a segmentação vertical (poucas mulheres em altos cargos, inclusive em setores de atividade com participação feminina predominante como são a educação formal, a enfermagem e o serviço social).⁴ Essa situação de dupla segmentação produz uma pirâmide organizacional, com teto e paredes de cristal, que impede às mulheres transitar livremente pelas organizações e pelo mercado de trabalho, pois as oportunidades abertas a elas sempre são restritas horizontal e verticalmente (WIRTH, 2001; CAPPELLIN, 2008).

As pesquisas também apontaram para os mecanismos sociais que produziram a transformação dos comportamentos de atividade econômica das mulheres, evidenciando transformações profundas nos trabalhos e nas famílias bem como suas íntimas inter-relações, e enfatizando a necessidade de visualizar o todo (produção e reprodução).⁵ A própria categoria de trabalho foi questionada, pois as disciplinas científicas envolvidas (dentre elas a sociologia, a economia e a história) privilegiaram a atividade produtiva e assalariada, estudando de maneira predominante o emprego e não o

3 Blay (1978), Saffioti (1985), Souza-Lobo (2011), Bruschini (1994, 1998) são autoras fundamentais para se compreender a construção de pontes intelectuais profícuas entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho no Brasil no período apontado. Um relato interessante da estruturação do campo de reflexão sobre estes estudos no país pode ser consultado em Castro e Lavinias (1992).

4 Kergoat, Picot e Lada (2009) diferenciam profissão e ocupação: a sociologia das profissões de raízes anglo-saxônicas opõe as “verdadeiras profissões” às outras atividades de trabalho designadas como ocupações, pois as primeiras são dotadas de direitos específicos reconhecidos pelo Estado e por uma legislação específica que organiza sua formação de longa duração e controla seu exercício.

5 Saffioti (1992) alerta sobre a necessidade de entender a reprodução em sentido amplo, e não apenas restrita à instituição familiar e de caráter privado. Não se trata apenas da reprodução biológica, mas também da social na qual participam outras instituições para além da família.

trabalho (ver BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; HIRATA, 2002; HIRATA; ZARIFIAN, 2009).⁶

Gradativamente, o foco das análises foi mudando, e se inicialmente estava dado pelo enfoque da segregação horizontal e vertical dos mercados de trabalho, a ênfase passou progressivamente a estar colocada na especificidade e revalorização das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo realizadas pelas mulheres. Alguns estudos estabeleceram relações entre as qualificações, práticas e valores femininos nos âmbitos familiar e profissional; outros focalizaram o olhar nas contradições e ambivalências vivenciadas pelas mulheres com base na dupla presença.⁷ Ficou claro que não era possível compreender as características da presença e a ausência femininas nos mercados de trabalho sem entender a responsabilização das mulheres pelas atividades produtivas (BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; TORNS, 2003).

A feminização do assalariamento ganhou destaque nas pesquisas, pois foi uma das maiores mutações sociais da segunda metade do século XX: em poucas décadas e a despeito da crise do emprego, elas se tornaram quase a metade do mundo do trabalho remunerado (MARUANI, 2009). O aumento quantitativo da “condição salarial” – termo acunhado por Castel (2010) – foi mais rápido e mais importante para as mulheres do que para os homens, acompanhado de algumas mudanças qualitativas no tipo de inserção das mulheres nos mercados de trabalho. A feminização do assalariamento, em parte decorrência da transformação das famílias e também da reestruturação produtiva e da transformação dos paradigmas tecnológicos – que eliminaram antigas barreiras ao ingresso das mulheres aos mercados de trabalho – teve consequências importantes em termos da cidadania e da seguridade social para as mulheres.

A outra mutação importante foi a emergência de uma nova tendência: a estabilidade no mercado de trabalho e nas trajetórias profissionais/

6 Adotamos a diferenciação comentada por Maruani (2009), que distingue trabalho (atividade de produção de bens e serviços) de emprego (modalidades de entrada e saída do mercado de trabalho). O emprego é um dos elementos estruturantes do funcionamento das sociedades atuais, pois ter emprego significa ter trabalho, aceder a um salário e ter um espaço na sociedade.

7 O conceito de “doble presencia” (dupla presença) foi utilizado pela primeira vez em 1978, pela socióloga italiana Laura Balbo. A dupla presença significa grande dificuldade enfrentada pelas mulheres, pois são responsabilizadas duplamente: na família e no trabalho. Implica na dupla ausência também, pois provoca a sensação de estarem sempre em dívida com os dois ambientes (familiar e laboral), conduzindo ao estresse e outras doenças. Consultar Carrasquer Oto (2009).

ocupacionais das mulheres, que no presente acumulam de maneira contínua uma atividade profissional e a vida familiar. A maioria das mulheres atualmente não para de trabalhar quando vêm os filhos, não há uma pronunciada descontinuidade da trajetória profissional, mesmo que o custo pessoal e familiar seja muito alto. Assim, a maioria das trabalhadoras não responde mais ao antigo perfil de participação das mulheres nos mercados de trabalho, detectado pelos primeiros estudos feministas de sociologia do trabalho (p.ex., WAINERMAN; GELDSTEIN, 1989; 1990 para Argentina; BRUSCHINI, 1994; 1998 para Brasil). Entretanto, antes e agora, diversos grupos de mulheres participam de maneiras diferenciadas nos mercados de trabalho e nos afazeres domésticos, sendo particularmente sensíveis aos condicionantes familiares as mulheres chefas de família (atualmente quase 35% das famílias são chefiadas por mulheres, ver BANDEIRA et al., 2009).

Como destaca Maruani (2009), paradoxalmente essas transformações pouco afetaram e, em alguns casos, até aumentaram a hierarquia das desigualdades profissionais e ocupacionais em termos de remunerações, condições de trabalho, prestígio e outras qualidades dos empregos. Isso porque não alteraram em profundidade as representações sobre o emprego feminino ou a própria divisão sexual do trabalho doméstico. Inúmeros estudos corroboram a afirmação anterior. Ao dizer de Hirata e Kergoat (2007): tudo muda, mas nada muda!

Por exemplo, Abramo (2007) resume as principais tendências positivas e negativas dos mercados de trabalho latino-americanos. A autora explora a hipótese de que a ideia das mulheres como força de trabalho secundária, mesmo sendo desmentida pelos dados empíricos sobre a participação das mulheres, estrutura o imaginário dos empresários e dos agentes políticos, determinando a discriminação de gênero nos mercados de trabalho.

Bruschini e Lombardi (2000; 2007) analisam o mercado de trabalho brasileiro, destacando a constituição de dois polos opostos de atividade (bipolaridade): ocupações de má qualidade (em guetos femininos como o emprego doméstico) e boas ocupações (em áreas profissionais prestigiosas masculinas como a Engenharia, Arquitetura, Medicina e Direito), mas a persistência de ganhos femininos inferiores aos masculinos independentemente de setor de atividade econômica, número de horas trabalhadas, número de anos de estudo, posição na ocupação, confirmando o diferente valor atribuído socialmente aos trabalhos de homens e mulheres. Inclusive Cappellin (2008) aponta que a brecha salarial entre mulheres e

homens com diploma universitário seria maior do que entre os trabalhadores e trabalhadoras menos escolarizadas (56% e 81% respectivamente, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, e para o ano de 2005).

Finalmente, Rizek e Leite (1998), estudando o contexto fabril, afirmam que o crescente lugar ocupado pelo trabalho feminino nos processos de reestruturação produtiva significou três movimentos paralelos e articulados: a (re)construção de mecanismos de confinamento das mulheres ao doméstico, a identificação do uso das sensibilidades corporais como trabalho feminino naturalizado e conseqüentemente desqualificado, e, finalmente, a estruturação de um simbólico feminino dócil e conciliador do privado e do público. Como afirmam as autoras, desigualdades importantes e suas formas de legitimação se reforçam e/ou recriam no contexto da reestruturação produtiva.

A ambigüidade das transformações na inserção das mulheres nos mercados de trabalho foi ressaltada desde o próprio título da obra por Maruani e Hirata (2003): *As novas fronteiras da desigualdade*. Também foi uma constante na análise desenvolvida durante o seminário “Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios”, realizado em Campinas em 1998 (e relatado por ROCHA, 2000). Há novidade sim, mas também há permanência de fronteiras que impedem a igualdade de gênero no mundo do trabalho (produtivo e reprodutivo). O principal problema reside na constituição da dupla presença (ou ausência) no trabalho no caso das mulheres, pois se elas ingressaram de maneira contundente nos mercados de trabalho, as tarefas de reprodução doméstica continuam sendo uma atribuição quase que exclusivamente feminina (o anjo do lar quase sempre é uma “anja!”).

Por exemplo, para o contexto brasileiro: em 2009, a taxa de participação dos homens atingia o 72,3%, e a das mulheres era de 52,7%. Entretanto, apenas 49,1% dos homens declararam cuidar destes afazeres, enquanto 88,2% das mulheres o fizeram (DIEESE, 2011, Tabela 6). O tempo médio dedicado aos afazeres domésticos em 2009 foi de 21,6 horas semanais entre as mulheres ocupadas, e de 9,5 horas semanais entre os homens ocupados (Ibidem, Tabela 85). Os dados de outras fontes, mesmo diferentes porque a metodologia de coleta e processamento da informação diferem, corroboram as mesmas tendências apontadas (ver IPEA, 2011; BANDEIRA et al., 2009). Observe-se, ainda, que *surveys* específicos indicam uma distância

considerável entre a declaração de realização e sua efetiva realização (ARAÚJO; SCALON, 2005).⁸

Se o conteúdo da legislação anterior a 1988 estava baseado em princípios como a fragilidade feminina, a defesa da moralidade, a proteção à prole e a exaltação da família, é importante registrar as conquistas das mulheres com a sanção da Constituição de 1988 – especialmente o art. 7 do Capítulo II (Dos Direitos Sociais) (ver BRUSCHINI, 1994). Conforme Rodrigues e Cortes (2010), no período 1988-2010 houve aprovação de 42 novas normativas que dizem respeito aos direitos das trabalhadoras, algumas com interfaces com as áreas de saúde, violência e direitos humanos. Essas normativas consolidaram mudanças quanto à divisão sexual do trabalho no Brasil. As autoras consideram quatro grandes vertentes da legislação: a que suspende a discriminação ou as condicionalidades de segmentos específicos dos trabalhadores (13 leis); a que protege os direitos de determinados segmentos específicos (22 leis); a que promove a ampliação de direitos anteriormente adquiridos (2 leis) e a promotora da flexibilização (5 leis).⁹

Pode ser observada a predominância das duas primeiras vertentes legislativas, que dizem apenas respeito a grupos de trabalhadoras formais em segmentos específicos, contando com menos resistências para serem aprovadas. Já no caso das duas últimas vertentes Rodrigues e Cortes (2010) apontam confrontos entre diferentes perspectivas político-ideológicas, pois tratam diretamente dos interesses encontrados do capital e do trabalho: contrato temporário, estatuto nacional da microempresa, trabalho aos domingos e feriados, entre outras questões. Reconhecendo os pontos positivos das últimas décadas em matéria de legislação, há também algumas questões críticas apontadas no balanço realizado pelas autoras e publicado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM): falta de fiscalização no cumprimento da legislação aprovada, tratamento do trabalho como um todo (produtivo e reprodutivo) e valorização da noção de função social da maternidade/paternidade (com o apoio da sociedade e do Estado).

As transformações na inserção das mulheres nos mercados de trabalho são muito significativas, porém não alteraram de maneira expressiva o tipo

8 Estudiosas espanholas como Durán (1988; 2010) e Torns et al. (2006) pesquisaram e propuseram modificações sobre a contabilidade do tempo de trabalho. No Brasil, desde 2001 a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE investiga o número de horas na execução de afazeres domésticos dispendidos por homens e mulheres. Como é possível atualmente estimar o valor deste trabalho reprodutivo: o PIB brasileiro de 2008 aumentaria 10,3% com ele (ver BANDEIRA et al., 2009).

9 A questão das negociações coletivas por categorias específicas foi estudada por Vera Soares (1998b), Dieese (2003) e Abramo e Rangel (2005).

de carreira profissional ou ocupacional, pautado geralmente pelo modelo do profissional masculino ou, dito em outros termos, pelas possibilidades concretas dos homens no exercício das respectivas profissões ou ocupações (YANNOULAS, 2001; 2003). Além disso, o trabalho da reprodução humana continua sendo invisível e fundamentalmente desenvolvido pelas mulheres, o que preserva o modelo profissional masculino (“livre” dos afazeres da reprodução, “ajudante” na melhor das hipóteses) e mantém, com altíssimo custo para as mulheres, um modelo doméstico feminino (“conciliador”, dividido e subjugado entre as múltiplas jornadas de trabalho) (ver TORNS et al., 2006; DURÁN, 2010).

Feminização e femilização

Como Mr. Brimley Johnson nota várias vezes, a escrita de uma mulher é sempre feminina; não pode deixar de ser feminina; nos melhores casos, é extremamente feminina: o único problema é definir o que queremos dizer com ‘feminina’. Ele se mostra sensato não só ao apresentar inúmeras sugestões, mas também ao aceitar o fato, por desconcertante que seja, de que as mulheres podem variar. (...) Ninguém há de concordar com essas tentativas de definição sem querer tirar ou acrescentar alguma coisa a elas, e, no entanto, ninguém há de admitir que possa se enganar e tomar um romance de autoria masculina como se fosse de uma mulher.

(Virginia Wolf)¹⁰

Postulamos a existência de dois significados diferentes de feminização das profissões, observáveis com estratégias metodológicas diferentes (ver YANNOULAS, 1996a; 2011):

- a) Significado quantitativo (feminilização): refere-se ao aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão.
- b) Significado qualitativo (feminização propriamente dita): refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas

10 WOLF, Virginia. Mulheres Romancistas in: *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 29-30.

(ver BANDEIRA, 1997), predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação.

Quatro observações adicionais se fazem necessárias:

- 1) O segundo significado (feminização) inclui e expande o primeiro significado, sendo ambos diferentes, porém, complementares. O segundo alude a uma compreensão mais ampla e sofisticada dos processos de incorporação de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação, porque além de descrever a entrada delas no campo profissional ou ocupacional (feminilização), tenta explicar as razões que permitiram essa entrada e os impactos em consequência da mesma.
- 2) Inclusive na literatura especializada, a palavra feminização é utilizada sem ser definida especificamente, ou seja: a feminização é usualmente naturalizada, até mesmo nos estudos feministas. Poucos estudos apresentam uma reflexão em torno da definição do processo de feminização para além da alusão ao número expressivo de mulheres no exercício de uma categoria profissional específica (ver YANNOULAS, 1996a; 2011; CARVALHO, 1999; TAMBARA, 2002; VIANNA, 2001; WERLE, 2005).
- 3) Alguns poucos estudos realizam a diferenciação explícita entre os dois processos (quantitativo e qualitativo), porém utilizando os termos exatamente ao contrário (ver TAMBARA, 2002; MOLINIER; WELZER-LANG, 2009). O fundamento para essa compreensão diferenciada estaria nas características psicológicas exigidas para o desempenho das atividades em pauta.
- 4) Conforme citação inicial de Virginia Wolf, o qualitativo da feminização é historicamente mutável e também varia dependendo do sujeito da definição. De alguma maneira: os trabalhos são considerados femininos quando realizados por mulheres, e, na sua definição, recuperam características enunciadas em determinada época como de domínio das mulheres (ver YANNOULAS, 1996a; CARVALHO, 1999). Voltaremos a esse assunto.

Não há uma avaliação homogênea sobre os significados e sentidos dos processos de feminização. Algumas especialistas lhe outorgam um

caráter subversivo, no sentido do desregramento do sistema social. Outras a consideram uma vitória das mulheres na luta pela igualdade (em direitos e em número) quando se verifica entrada massiva delas num grupo profissional. Finalmente, há quem interprete o processo de feminização nos seus aspectos negativos, referidos à desvalorização e perda de prestígio associadas à feminização de uma profissão ou ocupação (ver KERGOAT; PICOT; LADA, 2009). Nos nossos levantamentos, encontramos predomínio da terceira posição, aquela com destaque para as consequências negativas dos processos de feminização das profissões e ocupações (ver COSTA neste livro *Trabalhadoras*).

As especialistas constataram que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações, a qualificação profissional sofre um processo de desqualificação, e a atividade perde prestígio social. Além disso, quando as profissões e ocupações se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social. Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão ou ocupação (feminilização), é necessário questionar como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação), e verificar o impacto qualitativo dessa feminilização para o conjunto do mercado de trabalho e na própria profissão, bem como suas consequências para a realização do trabalho doméstico.¹¹

Le Feuvre (2008) aponta que as pesquisas sobre feminização de ocupações e profissões chamam a atenção para os avanços das mulheres nas últimas duas décadas, mas não necessariamente apontam para o caráter ambíguo e contraditório dessa penetração, particularmente pelos postos específicos que elas ocupam na hierarquia profissional interna. A maioria desses estudos mostra a chegada progressiva das mulheres

11 Segundo Heinen (2009) as políticas sociais ganharam um impulso especial com a feminização do emprego e a atividade remunerada continua das mulheres, através do desenvolvimento de instituições socializadas destinadas aos cuidados (creches, pré-escolas, residências para idosos, estabelecimentos para o cuidado de deficientes, entre outras). Sobre os cuidados na política social brasileira atual, ver Marcondes (2012; 2013). Sobre os cuidados e a educação infantil, ver Carvalho (1999; 2011) e Sayão (2005).

nos “antigos bastiões masculinos” e sustentam o postulado, mais ou menos explicitamente, segundo o qual o caráter quantitativamente misto dessas profissões constitui um indicador empírico confiável do nível de igualdade atingido.

Para Le Feuvre (2008), o custo da transgressão pago pelas mulheres que ingressam em territórios profissionais femininos ou masculinos não é idêntico, e esse custo também varia segundo a cultura analisada (no caso, comparação entre França e Grã-Bretanha). O ingresso em territórios masculinos está caracterizado pelo alinhamento das mulheres à norma masculina, isto é, pela aproximação das profissionais à disponibilidade permanente e pelo distanciamento das mesmas da sua “destinação prioritária” à esfera doméstica e às atividades de cuidado.

Trabalho docente feminizado

Então, quando comecei a escrever, eram pouquíssimos os obstáculos concretos em meu caminho. Escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar. Não se retirava nada do orçamento familiar. (...) claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões.

(Virginia Wolf)¹²

O conteúdo da legislação laboral aprovada na virada do século XIX para o XX expressou ideias específicas sobre as mulheres, suas características espirituais, emocionais e físicas, e contribuiu para a determinação de funções específicas nas atividades de produção e reprodução (YANNOULAS, 1993; 1996a; 1996b).¹³ Essas ideias foram historicamente construídas, demarcadas por aspectos emocionais e biológicos e associadas às tarefas de reprodução, contribuindo para a determinação de funções específicas na sociedade. O trabalho feminino remunerado (em particular, o fabril) era considerado danoso para a saúde biológico-reprodutiva das mulheres (o que se compreende quando pensamos nas condições de trabalho nas fábricas da época e no trabalho domiciliar para unidades de produção). O trabalho

12 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 10.

13 Para uma descrição da configuração das relações de gênero na virada do século, ver para Europa e USA, Anderson; Zinsser (1992) e Duby; Perrot (1991-1993); para Argentina, ver Gil Lozano, Pita, Ini (2000); para o Brasil, Del Priore (2004).

feminino fabril era considerado prejudicial para as famílias e nações, pois a família dependia do cuidado das mulheres. Sua participação nos mercados de trabalho foi tolerada (como desgraça inevitável para as mulheres pobres), porém desaconselhada e muito controlada, pois sua principal função era a maternidade e a preservação do novo núcleo familiar.¹⁴

Entretanto, por meio de processos mais sutis, algumas profissões e ocupações foram oferecidas para as mulheres como alternativas possíveis no espaço público urbano, especialmente aquelas vinculadas à reprodução social. Por exemplo, os estudos normalistas e o exercício do magistério pelas mulheres se configuraram como uma grande exceção na América Latina: não apenas foi tolerado para que os desempenhassem como professoras, mas promovidos explicitamente pelas autoridades públicas (MORGAGE, 1992; 1997; YANNOULAS, 1996a) e pelas teorias pedagógicas da época (CARVALHO, 1999).

Durante a elaboração da tese de doutorado sobre feminização do magistério na América Latina fomos fortemente inspiradas pelos pioneiros trabalhos de Capalbo, Canda (1982), Morgade (1992) e Fernández (1992) na Argentina, e de Gouveia (1970), Novaes (1984), Nunes (1985), Louro (1987) e Reis (1993), no Brasil. Esses trabalhos traçaram um percurso muito frutífero quanto à problematização dos processos de feminização do magistério, posicionando-se no campo dos estudos da mulher e posteriormente dos estudos de gênero, abrindo as portas para interpretações que lançavam mão de diversidade de disciplinas científicas (Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Ciência Política, Economia, entre outras) para entender as causas e não apenas constatar o aumento numérico da participação feminina na composição da profissão. Então como hoje, e conforme constatado durante a apresentação dos resultados da nossa pesquisa em diversos eventos de cunho acadêmico não feminista, as pesquisas sobre trabalho docente raramente utilizam o referencial analítico dos estudos de gênero, e mormente se localizam apenas na leitura dos estudos do trabalho, ou ainda dos estudos pedagógicos.

Morgade (1992 e 1997) destaca que a feminização da profissão docente marcou um importante momento na história das mulheres latino-americanas. Há outras profissões que se feminizaram, mas apenas o magistério foi tão

14 Cappellin (2004) apresenta o desenvolvimento histórico dos embates de valores em torno da igualdade de oportunidades e de remuneração para as mulheres, surgidos no século XIX. A autora destaca a dificuldade na assimilação desse princípio nas relações contratuais e de trabalho, apontando a persistência da desigualdade de tratamento e de oportunidades nos mercados de trabalho.

importante desde o ponto de vista simbólico e político: os Estados nacionais latino-americanos, recém-constituídos, depositaram nas mãos do corpo docente feminino a tarefa de difundir os fundamentos da nova identidade nacional. Na dissertação de mestrado, Morgade (1992) diferencia duas maneiras ou tipos de feminização do magistério: uma remete a um processo prolongado e sutil (exemplificado pela autora com países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido) e outra considera a relação direta estabelecida entre a incorporação de mulheres no corpo docente e o estabelecimento da obrigatoriedade escolar e a universalização da escola de 1º grau (Argentina).

Os estudos de Yannoulas (1996a) comprovaram parcialmente e reorganizaram essa classificação. De um lado, França e Alemanha constituem exemplos de outra ordem do primeiro tipo, já que a feminização do magistério foi tardia, porém não foi um processo sutil e sim atrelado à saída dos homens das escolas por causa das guerras mundiais: França feminiza o corpo docente entre as guerras mundiais, e Alemanha depois da segunda guerra mundial. De outro lado, a história do magistério nos Estados Unidos e no Brasil apoiaria o segundo tipo apontado por Morgade (1992), no sentido de “educar o soberano”, sem necessariamente corresponder à força da construção da nação observada na Argentina devido ao peso da tendência descentralizadora no Brasil.

Assim, nós (re)classificamos os tipos de processo de feminização do magistério da seguinte maneira (YANNOULAS, 1996a):¹⁵

- 1) Processo basicamente conflitivo: quando a obrigatoriedade escolar, a profissionalização da tarefa de educar e a formação de um corpo docente (masculino) antecederam o processo de feminização. A exigência de celibato apenas para as mulheres constituiu uma das chaves mestras para impedir a permanência delas no magistério; a inserção apenas em escolas de meninas foi outra daquelas chaves. Nesses casos, o processo de feminização do magistério aconteceu mais tardiamente, associado à saída dos homens da profissão por causas externas como as grandes guerras na Europa e também aos

15 Sobre o processo histórico de feminização da profissão docente nos Estados Unidos, ver Apple (1989). Sobre as modificações na profissão docente na Europa, ver Jacobi (1990), Lagrave (1993), Acker (1995) e Garcia (2008). Sobre as modificações na profissão docente na Argentina, ver Capalbo; Canda (1982), Morgade (1992; 1997; 2007); Yannoulas (1992; 1996a); e Di Liscia; Maristany (1997). Sobre as modificações na profissão docente no Brasil, ver Novaes (1984); Reis (1993); Yannoulas (1992; 1996a); Hypolito (2012), Louro (1997 e 2004). Sobre feminização, proletarização e sindicalismo docente ver Hypolito (2012); Vianna (1999; 2001); e Ferreira (2004; 2008).

processos gradativos de instauração da educação mista entre as crianças pequenas (ensino de meninos e meninas conjuntamente), para a qual se dava preferência às professoras.¹⁶ Nos países europeus, a construção dos sistemas escolares aconteceu com a exclusão material e simbólica das mulheres, em uma concepção pedagógica que não autorizava a inclusão de características femininas e apelava à força dos castigos físicos e à disciplina como técnicas fundamentais para o ensino-aprendizagem;

- 2) Processo sem conflitos: quando a obrigatoriedade escolar, a profissionalização da tarefa educativa e a formação do corpo docente (feminino) aconteceram em paralelo ou incluso, posteriormente, à criação de instituições específicas para a formação docente. A necessidade de expandir o ensino das primeiras letras e de repassar os valores cívicos em contexto de recursos escassos foi a chave mestra que permitiu criar consenso em torno do acesso massivo de mulheres ao magistério na América Latina pós-colonial, inclusive em alguns casos, pensou-se a profissão para as órfãs, como educação profissional para as jovens que não possuíam dependência financeira de homem algum (pai ou marido).¹⁷ Nesses casos, o processo de feminização foi mais rápido e estimulado, porém controlado por autoridades públicas masculinas (supervisores, professores de escolas normais, ministros de educação, conselheiros de educação, entre outros).

Nos processos de feminização sem conflitos aparentes, as mulheres não precisaram batalhar ou esperar a saída dos homens do magistério. Elas foram chamadas a participar ativamente dos processos de construção das bases dos sistemas educacionais em países nos quais o peso da tradição de

16 Fortino (2009) traz interessante definição de coeducação e sua diferenciação com a educação mista, questionando a falta de transformações sociais como efeito ou resultado da coeducação, no sentido de uma maior inserção igualitária das mulheres e dos homens em espaços profissionais e ocupacionais. Seguindo a Fortino, os estudos sobre coexistência dos sexos integram essa noção aos processos históricos de mudanças na divisão sexual do trabalho. A autora ressalta que a coexistência dos sexos denota também um processo que indica a passagem de um espaço social sexualmente segregado para outro que registra a coexistência.

17 Sobre a relação entre orfandade, caridade e origens da feminização da docência, ver Luiggi (1959); Yannoulas (1996a); e Werle (2005). Werle visualiza no fato das órfãs que buscavam profissionalização ao sair do asilo ocuparem as vagas remanescentes nos primórdios da escola normal no Rio Grande do Sul, um possível fundamento para os baixos salários docentes: as professoras assim formadas marcadas pela gratidão e a dívida para com a sociedade, retribuía os favores recebidos ministrando ensino nas escolas públicas.

magistério masculino não existia e estava presente o desejo de expandir a população incluída na instituição escolar (novas classes sociais ou grupos étnicos participando da escola).

Segundo Yannoulas (1996a) e Hahner (2011), a expansão da educação feminina e a implementação da coeducação sob influência do positivismo educativo foi também determinante para a decisiva incorporação das mulheres nas escolas normais de final do século XIX, pois era mais aceitável que as mulheres – consideradas inferiores nos seus dotes intelectuais, porém superiores nos seus dotes morais – ficassem responsáveis por crianças de ambos os sexos. Destarte, não seria o conteúdo da educação formal republicana e sim a idade, o sexo e o volume dos potenciais sujeitos a ser inseridos no sistema o elemento constitutivo do processo de feminização sem resistências aparentes.

De outro lado, é importante reter a distinção analítica realizada antecipadamente por Saffioti (1969) e Gouveia (1970), quanto à feminização da matrícula nas escolas normais e a feminização no exercício efetivo do magistério, pois em muitos casos as moças de classes abastadas matriculavam-se nas escolas normais por ser a única opção de continuidade dos estudos ou pelo interesse de obter qualificação para o exercício das tarefas reprodutivas, sem por isso pretender o exercício profissional. Jacobi (1990) coloca que a luta feminista travada na Alemanha para ter acesso ao exercício da profissão docente foi propriamente uma ação estratégica, com dois objetivos básicos: ampliar os estudos (pois a universidade era vedada para as mulheres) e ter uma profissão.

Para além da constituição e consolidação dos Estados nacionais, a mudança na composição sexual do magistério deve ser compreendida no conjunto de fatores associados à crescente urbanização e industrialização. Carvalho (1999) realiza esse movimento e interpreta a feminização da docência como interpenetração entre espaço público e privado, entre educar e cuidar. Para ela, a feminização do magistério está atrelada ao estabelecimento de características do gênero feminino para a profissão, em processos articulados, porém não necessariamente automáticos ou simultâneos, que levam a perceber a escola como extensão do espaço privado familiar:

Quanto mais a escola primária é pensada como instância formadora de caracteres e vontades, em que a transmissão de saberes se subordina a um desenvolvimento harmonioso de personalidades integrais, através de uma disciplina obtida pela persuasão e o amor, mais do que pela razão e a autoridade; quanto mais o trabalho

docente com crianças é idealizado como não intelectual, enfatizando suas dimensões relacional e afetiva, mais se aproximam as imagens da escola primária e seu trabalho docente das características tidas como femininas (p. 71).

Novaes (1984), Yannoulas (1996a), Hypolito (2012) e Louro (2004) indicam que o processo de feminização também poderia ser compreendido como o resultado da maior especificação, especialização, burocratização e controle sobre o exercício do magistério/processo de trabalho, determinando cada vez mais os conteúdos, níveis de ensino, regulamentos escolares e normas disciplinares, exigências para o exercício profissional, uniformes, horários, espaços escolares, livros didáticos, salários. De certa forma, os autores relatam um processo de perda de autonomia profissional, que se articula de maneira complexa com a feminização entre outros fatores da história da profissão.

Vale a pena registrar uma ressalva importante sobre o processo que denominamos “sem conflitos aparentes”. Yannoulas (1996a) aponta que o processo de feminização do magistério não foi isento de problemas, mesmo nos países onde o nível de conflito foi muito baixo. Apenas as saias começaram a transitar pelos corredores das escolas normais provocaram variadas comoções: algumas das professoras foram denominadas “mulher-homem”, foram inventadas e mantidas (com altos custos) diversas maneiras de evitar e/ou controlar o contato entre alunos e alunas (entradas diferentes, turnos diferentes, andares diferentes, fileiras de bancos diferentes, banheiros diferentes é claro!, salas de espera para acompanhantes das moças, entre outros dispositivos de controle). As fontes primárias localizadas indicam que formandos e formandas se confrontavam em espaços comuns, ou se ignoravam de tal maneira que, sendo da mesma turma, apenas se conheciam no dia da formatura.

Vários textos da história da educação brasileira, que diziam respeito ao conteúdo da educação formal, mostram a existência de debates sobre a capacidade das mulheres para assumirem essa profissão (ver CARVALHO, 1999; NASCIMENTO, 2011). Isso significou, por exemplo, que, por longo tempo, as mulheres ficaram restritas à educação de crianças pequenas e não eram consideradas capazes de transmitir conteúdos mais sofisticados como os contidos nos níveis mais altos de ensino, que permaneceram não só ocupados majoritariamente por professores homens como plenos de significados sexistas.

Por sua vez, Vianna (2001, e também em capítulo neste livro *Trabalhadoras*) enfatiza, que o processo de feminização do magistério no Brasil vem intrinsecamente ligado à pressão por ampliar o acesso gratuito à educação, feita sob a égide de um Estado que não garante nem igualdade de condições de trabalho nem de salários, e o faz com base na defesa de que mulheres seriam vocacionadas para tal – na linha da qualificação tácita ou não reconhecida como tal mencionada por Carvalho (1996; 1999), Hirata (2002) e Kergoat, Picot e Lada (2009).

Finalmente, cabe destacar com Carvalho (1999) que os estudos sobre trabalho docente, a despeito da produção científica sobre a feminização da docência e sobre a importância de considerar as relações de gênero nos espaços educacionais, não parecem acolher a perspectiva de gênero, sendo o trabalho docente interpretado como profissão neutra. A pesquisadora destaca a negatividade com que a feminização do magistério é interpretada nos poucos estudos que registram a composição sexual da categoria, pois o fazem de maneira preconceituosa, considerando o modelo de trabalho assalariado masculino como universal e inquestionável. O modelo de trabalho assalariado feminino é observado como uma especificidade sobredeterminada por características não profissionais ou domésticas. Mas o fato da escola ser uma instância social em que doméstico e público se articulam e a maneira afetiva e personalizada de ser profissional das professoras poderiam ser entendidos como um antídoto contra a despersonalização e a alienação vigentes no mercado de trabalho, ou uma estratégia de autovalorização profissional por meio do reconhecimento pelas comunidades onde desempenham seu trabalho.

Feminização na literatura recente¹⁸

Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos. Penso que é muito bom e importante discuti-los e defini-los, pois só assim é

18 Agradecemos a colaboração de Amanda Fontenelli Costa, aluna de graduação em Serviço Social, na coleta e sistematização preliminar das informações *on-line* que subsidiaram esse tópico (ver COSTA, 2012). A análise destes dados foi elaborada por Anabelle Carrilho e incluída nas conclusões do livro *Trabalhadoras*. No presente tópico abordaremos exclusivamente a questão da definição dos processos de feminização.

possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas, além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente.

(Virginia Wolf)¹⁹

No presente tópico, apresentamos as variantes na definição de feminização, conforme utilizadas por especialistas que a analisaram em outras profissões e ocupações, diferentes do magistério no ensino fundamental.

A literatura feminista aponta para os efeitos ambíguos dos processos de feminização, expressando simultaneamente elementos de resistência e de submissão à divisão sexual do trabalho historicamente constituída. Se, de um lado, os processos de feminização possibilitariam a incorporação das mulheres ao espaço público, ao emprego e à sua emancipação econômica, de outro esses processos acontecem junto com a racionalização do processo de trabalho em um contexto de profundas mudanças tecnológicas – nas relações de trabalho e nos mercados de trabalho – levando a uma acentuada precarização e somando-se à sobrecarga de trabalho pela dupla presença (ver SEGNINI, 1998; ABRAMO; ABREU, 1998; NOGUEIRA, 2004; 2006; DIAS, 2010; YANNOULAS, 2011).

Marly Dias elaborou tese doutoral sobre a feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva brasileira numa área específica: a saúde (ver também capítulo de Dias neste livro *Trabalhadoras*). Conforme Dias (2010), a reflexão sobre o tema é recente no campo dos estudos do trabalho, e usualmente está orientada a descrever a elevada proporção de mulheres em processos de produção capitalistas contemporâneos. Semanticamente, a palavra feminização é um substantivo que vem sendo utilizado para designar ato ou efeito de feminizar, dar feição feminina a algum aspecto da vida social. Não há uma definição do processo, mas sim fatores, elementos, hipóteses explicativas que auxiliam no entendimento das formas (diversificadas) de incorporação e de concentração das mulheres no universo do trabalho. Para a autora, o desafio seria o de ir além do enfoque quantitativo e refletir em que medida esses elementos estariam, de fato, redefinindo a posição feminina na esfera produtiva ou se não estariam configurando uma nova estratégia de exploração dessa força de trabalho, pois a participação aumenta,

19 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2012, p. 18.

paralelamente, com a precarização e a intensificação do trabalho humano, e a informalização e a flexibilização das relações de trabalho.

O setor bancário, denominado em alguns países de “gueto rosa”, foi analisado por Segnini (1998), que apontou a intrínseca relação entre o desenvolvimento tecnológico, a reestruturação produtiva e a feminização. Segundo a autora, entre a década de 1930 e a de 1960 desenvolveu-se a racionalização do processo de trabalho com base na mecanização da atividade bancária, concomitantemente com uma incorporação incipiente das mulheres, dando suporte ao trabalho dos homens (mecnógrafas, telefonistas, faxineiras, auxiliares de escritório), desempenhando-se em postos laborais que demandavam menos qualificação formal e menor dedicação ou jornada de trabalho (recebendo menores salários também). Essa racionalização do processo de trabalho e a feminização das atividades laborativas assalariadas serão cada vez mais significativas a partir da década de 1960, com a automação bancária: o gradativo esvaziamento do saber do *métier* do bancário (desqualificação), o parcelamento das operações em tarefas simples (fragmentadas) e repetitivas (rotinizadas) que os sistemas informatizados demandam, e a instauração de um processo de trabalho flexível e renovadamente sexuado.²⁰

Analisando os dados coletados, Segnini (1998) reitera sua pergunta inicial: a feminização dos postos de trabalho no setor bancário constitui uma transformação na divisão sexual do trabalho, ou simplesmente um deslocamento das antigas formas, marcadas pela separação e hierarquização de postos e poder? Consiste uma vitória das mulheres ou apenas uma nova estratégia do capital para racionalizar o trabalho no contexto da reestruturação produtiva? E responde que a feminização expressa novos padrões de uso da força de trabalho, mas também e paralelamente novas relações de poder.

A intrínseca relação entre feminização e precarização no atual contexto produtivo, e o caráter contraditório desse processo também foi analisada por Nogueira (2004 e 2006). Recuperando a historicidade dos processos de segregação ocupacional horizontal pela ideia da construção social das

20 Hirata (2007) e Cattáneo e Hirata (2009) analisam as definições e dimensões do trabalho flexível, estudando os impactos nas relações sociais de gênero, e destacando que *a flexibilidade é sexuada*: a denominada flexibilidade interna é masculina (polivalência dos operários na fábrica, capacidade de rotação de tarefas), e a flexibilidade externa é feminina (subcontratação, contratos temporários, contratos de tempo parcial e outras formas de contrato de trabalho “atípicas”, as quais permitem variar o volume ou a duração do tempo de emprego).

atividades de trabalho, Nogueira aponta para a naturalização das noções de “trabalho feminino” e “profissão feminina”. Ela aponta as principais tendências quantitativas da feminização do trabalho na Europa e na América Latina em termos de aumento constante da participação de mulheres nos mercados de trabalho com a paralela persistência da segregação horizontal e vertical e a manutenção de desigualdade salarial (NOGUEIRA, 2004).

Em trabalho posterior, Nogueira (2006) se debruça na análise qualitativa do processo de feminização de um setor: o *telemarketing*, visto como exemplo da divisão sexual do trabalho na configuração do capitalismo contemporâneo, intensificando e precarizando o trabalho feminino. O exaustivo controle dos corpos, da voz, das emoções e do comportamento das teleoperadoras leva ao desenvolvimento de doenças típicas. O controle do tempo de trabalho visando o volume de serviços prestados e o aumento dos resultados, tal como acontece com as operadoras de caixa de supermercado analisadas por Soares (1998a), demonstra claramente o mecanismo de extração do sobretrabalho, fator imprescindível para a acumulação do capital. Nesse segundo trabalho, a autora ressalta com ênfase que a inserção acentuada de mulheres na força de trabalho feminina tem base na lógica de uma maior acumulação de valor, que o capital faz de maneira dupla: pela intensificação do trabalho remunerado das mulheres e pela manutenção do trabalho doméstico realizado predominantemente por elas.

Interessante notar que as profissões ditas “femininas”, com forte conotação moralista e higienista no século XIX (magistério, enfermagem, serviço social),²¹ foram e, por vezes, ainda são consideradas semiprofissões ou “profissões subalternas” pela sociologia do trabalho da década de 50 do século passado (ACKER, 1995).

Pela sua importância radical na análise da totalidade do trabalho social, ressaltamos que a questão da divisão sexual do cuidado e sua relação com as políticas educacionais e sociais, precisa ser mais bem explorada e já há alguns esforços nesse sentido (ver TEIXEIRA, 2010; CARVALHO, 1999;

21 Interessante notar que o serviço social é exercido predominantemente por mulheres e a grande maioria das beneficiárias ou público atendido por elas também o são (cfr. Dissertação defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 2004, CISNE, 2012), fato que, no lugar de colocar em evidência as relações de gênero historicamente implícitas em tal exercício profissional, parece escamoteá-las ainda mais. A autora destaca a necessidade de “(...) problematizar a marca feminina da profissão e do seu público usuário” (p. 17). A autora destaca o papel do humanismo cristão na configuração original da profissão, articulando expectativas, habilidades e qualidades atribuídas ao feminino e inserindo-se no campo das profissões destinadas ao cuidado do outro. O movimento da reconceitualização do Serviço Social, que na América Latina contestou o tradicionalismo profissional, permitirá sentar as bases para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica.

2011; MARCONDES, 2012; 2013; ver também capítulos de TEIXEIRA; CERQUEIRA, de GOREN e de MARCONDES neste livro *Trabalhadoras*). Este é um debate bastante complicado nos estudos de gênero aplicados ao campo educacional, com profundas divergências entre as acadêmicas feministas que defendem o feminismo da diferença e a existência de escolas segregadas por sexo, e as feministas acadêmicas que postulam a construção social das relações de gênero e a necessidade de aprofundar na coeducação e na coexistência dos sexos.

Os enclaves de mulheres em territórios de homens

Em 1864, a Saturday Review expressou com toda a clareza o que os homens receavam quanto às mulheres e o que precisavam delas. A ideia de submeter jovens senhoritas a exames na universidade local 'é quase de tirar o fôlego', dizia o articulista. Se tivessem de ser examinadas, seria preciso providenciar que os examinadores fossem 'eruditos de idade avançada, e que as esposas presumivelmente idosas desses senhores idosos ocupassem 'uma posição de destaque na galeria'. Mesmo assim, seria 'quase impossível convencer o mundo de que uma bela mulher obteve suas honras de maneira justa'. Pois, escrevia o crítico, a verdade era que 'há um instinto masculino forte e inextirpável de que uma jovem culta ou mesmo talentosa é o monstro mais intolerável de toda a criação.

(Virginia Wolf)²²

Encontramos algumas produções que desvendam os problemas para a inserção de mulheres em territórios altamente masculinizados, que gostaríamos de denominar “enclaves”. Esta palavra provém do latim *inclavatus*, significando fechado. Em castelhano se utiliza para fazer referência a um grupo humano inserto em outro de características distintas: por exemplo, enclave curdo na Turquia. Um enclave de mulheres é um território cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de outro (o de homens). A maioria desses processos de entrada incipiente de mulheres em territórios masculinos está associada à conquista de diplomas de educação superior habilitantes nessas áreas, sob o influxo equalizador do sistema educacional republicano e meritocrático. A reiteração dos problemas das mulheres nos territórios de homens quando comparamos aos existentes

22 WOLF, Virginia. Duas Mulheres in: *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2012, p. 58-59.

e já comentados problemas das mulheres em territórios já feminizados é realmente desalentadora, como confirmam os estudos sobre as mulheres na Física de Barbosa e Lima, sobre as mulheres na Matemática de Souza e Menezes, ou sobre as engenheiras de Lombardi (capítulos da primeira parte neste livro).

A enorme resistência do campo profissional à inserção de mulheres chamou a atenção de algumas pesquisadoras para a área das engenharias. Giles et al. (1994), Lombardi (2006; 2008, e também capítulo neste livro *Trabalhadoras*) e Costa (2011). O pioneiro estudo de Giles et al. (1994) alertou que a inserção das mulheres nos estudos universitários de Engenharia varia muito segundo a especialidade: Química para elas, Mecânica e Agronomia para eles. As estudantes argentinas de Engenharia na década de 1990, classificadas por Giles e coautoras em três categorias (tradicionalistas, intermediárias e inovadoras), como coletivo, tinham consciência da discriminação laboral que deveriam enfrentar no futuro imediato, e para um grupo delas essa situação claramente se colocava como um desafio (as denominadas inovadoras). Algumas não pretendiam exercer a profissão em planta, e se imaginavam trabalhando como professoras e pesquisadoras (as tradicionais), atividades adaptáveis ao projeto familiar. As intermediárias oscilavam entre o desafio e a conciliação.

Lombardi (2006) também aponta a especialização das mulheres em áreas específicas da Engenharia, destacando-se Química, Produção, Elétrica e Eletrônica. Depois dos estudos, há áreas especialmente resistentes à inserção feminina, como o segmento de obras da engenharia civil: os canteiros são definidos como ambientes abrutalhados, onde se faz trabalho pesado e sujo, e sem infraestrutura de alojamento e sanitários para elas. Outras áreas seriam convidativas à inserção das mulheres, como a Informática, pois são setores onde o aspecto relacional teria maior peso; ou a Química, especialmente nos setores da indústria química que se ocupam de artigos de tocador, higiene e beleza.

Lombardi (2008), em outro estudo, realiza uma exaustiva análise das maneiras de construir carreira das engenheiras. A indicação dos pares na trajetória profissional dos homens é muito importante, seja para integrar grupos de especialistas, seja para desempenhar cargos de responsabilidade. Eles disputam os cargos sem medo a se expor. As carreiras femininas não são lineares, registrando longos períodos de estagnação, e também mudanças devido à influência de algum homem excepcional que confiou nelas, mas elas interpretam essa confiança não em função dos méritos próprios, mas da

gentileza desses homens excepcionais. Por isso, elas precisam estar provando tudo o tempo todo. Lombardi (2008) aponta para estilos de inserção e de comando diferentes de homens e mulheres, um pouco menos tensos, um pouco mais próximos e calorosos com os subordinados. Essas gerentes e diretoras enfrentam duplo desafio: provar que podem comandar equipes (inclusive homens), e encontrar um jeito diferente de gerenciar, valorizando a diferença. Não podem deixar de cobrar produção dos subordinados, mas podem tornar o ambiente de trabalho mais amigável.

O estudo de Cyrino (2012) sobre as executivas demonstra a inalterabilidade da divisão sexual do trabalho doméstico com a notável persistência da execução ou minimamente da responsabilidade e gerenciamento do trabalho doméstico entre as mulheres executivas. Elas não mais realizam o trabalho doméstico braçal ou rotineiro, porém recrutam, selecionam e supervisionam os e as empregadas para os quais delegam essa atividade (jardineiros, eletricitas, cozinheiras, arrumadeiras, entre outros). Elaboram o cardápio, a lista das compras, organizam as festas e as finanças familiares, pois estas não seriam tarefas “delegáveis”. As executivas, situadas numa espécie de “fronteira simbólica”, são pioneiras em ocupar cargos exercidos anteriormente por homens de maneira quase exclusiva. Por isso são constantemente cobradas e expostas a interrogações inclusive de ordem moral e questionamentos sobre sua feminilidade. Nessa fronteira simbólica, as atividades reprodutivas não deixam de ser sua responsabilidade, em contraposição ao que acontece com os executivos, que são “liberados” da carga doméstica, pois a família como um todo embarca no projeto de carreira masculina.

Sardenberg (2004) e as pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) introduzem outra perspectiva, a das mulheres sem diploma universitário inseridas em territórios masculinos. Trazem o outro polo da relação com a indústria eletroeletrônica, não o das engenheiras no comando de um processo de trabalho e portadoras de diplomas de nível superior, mas o das denominadas “maquiladoras” ou montadoras, especialmente na indústria eletrônica, com destaque para as trabalhadoras fabris metalúrgicas. Um total de 1.144 ou 5% das mulheres metalúrgicas de Manaus, Fortaleza e Salvador foram entrevistadas, visando delas construir um perfil. A mão de obra feminina na linha de produção é contratada para realizar tarefas que requerem atributos ditos femininos: delicadeza, destreza, paciência. Seus direitos trabalhistas são constantemente violados, tais como falta de creches, intervalo para descanso, discriminação

racial, assédio sexual, entre outros levantados. Entretanto, a invisibilidade das mulheres e de suas necessidades práticas e de seus interesses estratégicos²³ são uma constante inclusive dentro do próprio sindicato.²⁴

Uma questão chave para analisar de que maneira acontece a entrada de mulheres em territórios masculinos está associada às políticas públicas específicas, conforme texto de Talita Oliveira, neste livro. Andrade (2008) aponta para sua utilização naturalizada e acrítica pelos gestores de políticas de emprego e renda, no caso específico da Política Nacional de Economia Solidária. Em sua dissertação de mestrado em Política Social, ela indica a necessidade de desenvolver instrumentos capazes de transversalizar a questão de gênero na linguagem inclusiva das políticas (“o enfoque de gênero somente pode ser percebido, de modo incipiente, na descrição do público-alvo”, ANDRADE, 2008, p. 153), e também para desvendar os sentidos e significados da economia solidária como espaço de mulheres.

Se não é raro ouvir de gestores que a economia solidária é feminina, os dados empíricos levantados pela autora não confirmam essa afirmação: não há maioria expressiva de mulheres trabalhando na área, pois no mapeamento que deu lugar à implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária as mulheres eram apenas 36% das participantes nos empreendimentos econômicos solidários identificados (feminilização), e não há instrumentos específicos para consolidar uma posição igualitária das mulheres na área (sua feminização no sentido qualitativo, seria, p.ex., para ações afirmativas que transformassem a área em espaço “amigável” para as mulheres, considerando suas necessidades práticas e fundamentalmente seus interesses estratégicos).

O que Nós, as Mulheres, fazemos

No livro *Trabalhadoras* apostamos na densidade teórica e apelamos à empiria para tencionar os conceitos e desnaturalizar as categorias. As posições teóricas e as escolhas metodológicas anteriormente apontadas

23 Em artigo publicado em 1998, Molyneux (2003) caracterizou os interesses estratégicos de gênero por oposição às necessidades práticas. Os interesses estratégicos são aqueles derivados da crescente tomada de consciência das mulheres sobre as estruturas de domínio masculino e o imperativo de mudança da divisão sexual do trabalho. As necessidades práticas das mulheres decorrem da divisão sexual do trabalho tradicional, condições que possibilitam a realização das tarefas a elas socialmente atribuídas, tais como cuidar das crianças, idosos e doentes, manutenção das redes familiares, entre outras.

24 Sobre a complexa relação entre feminismo e sindicalismo no contexto brasileiro, ver Castro (1996), Vera Soares (1998b), Vianna (1999; 2001), Oliveira (1999) e Lima (2007).

por meio da utilização dos termos feminilização e feminização não são neutras, nem possuem apenas um valor heurístico ou especulativo: são também apostas políticas do feminismo (movimento feminista e feminismo acadêmico). Elas orientam escolhas políticas; o objetivo mais amplo é o de reconhecer e valorizar as mulheres e as características ditas femininas no mundo do trabalho, da ciência, da política, das relações sociais.

As reflexões expostas sobre os sentidos dos processos de feminização poderão contribuir para uma melhor compreensão das maneiras e perspectivas da participação das mulheres no mundo do trabalho, bem como para elucidar a polêmica em torno da feminização da pobreza e suas articulações com o desemprego – contestada, quantitativamente, pelos economistas e demógrafos; constatada qualitativa e politicamente pelas acadêmicas e ativistas feministas.²⁵ Assim, a polêmica sobre a feminização dos processos sociais não é apenas epistemológica, mas fundamentalmente política, pois coloca no centro da discussão a totalidade dos trabalhos realizados pelos seres humanos e a sociabilidade construída em torno deles.

Se pensarmos sobre “o que nós mulheres fazemos”, como uma especificação feminina do universal masculino, estaremos perante uma tautologia: tal profissão é de mulheres porque elas a exercem, e elas a exercem porque é feminina. Por exemplo, o argumento sobre a desvalorização profissional: elas exercem o magistério porque se desvalorizou, ou se desvalorizou porque elas o exercem?

Analisar a feminização de uma ocupação ou profissão requer constatar quantas de nós estamos em territórios masculinos e femininos, e também refletir sobre quanto tempo dispendemos na realização de afazeres domésticos; isto é: saber o que fazemos, mas também interpretar o porquê de o fazemos, refletir sobre as especificidades desse nosso fazer:

- Onde o fazemos
- Quando o fazemos
- Quanto fazemos
- Como aprendemos a fazer
- Com quem fazemos
- Para quem fazemos

25 Destacamos os trabalhos críticos sobre desemprego e feminização da pobreza elaborados por Torns (2003), Unidad Mujer y Desarrollo (2004), Melo; Bandeira (2005), Zaremborg (2008), Macedo (2008), Aguilar (2011), e Carloto; Gomes (2011). Sobre tolerância social ao desemprego, crise do Estado de Bem-Estar e feminização da pobreza, ver o interessante estudo de Torns (2003).

Na verdade, a relação social entre os gêneros, conforme apontado por Kergoat (2009), é fundamentalmente antagonica, e isso significa que há atividades que não são desejadas ou cobiçadas (por exemplo, limpar a sujeira dos outros, cuidar de doentes ou pessoas com necessidades especiais, entre outras), e, na resolução do antagonismo, essas atividades indesejáveis “sobram” para o lado mais fraco (mulheres negras e/ou migrantes), ou para o lado que é profundamente consciente na urgência da sua realização (o urgente se impondo sobre o importante no exercício das maternidades).

Assim, a metamorfose da divisão sexual do trabalho (produtivo e reprodutivo) e a permanência da discriminação sexual no conjunto são tendências contraditórias que nos levam a recomendar enfaticamente o planejamento e a execução de políticas de trabalho e políticas sociais específicas para as mulheres, visando atender imediatamente as suas necessidades práticas (especialmente na área dos cuidados e predominantemente das mais pobres), mas também a radicalizar nos interesses estratégicos para que as políticas promovam uma inserção mais igualitária de homens e mulheres para o conjunto do mundo do trabalho.

Referências

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 21-41.

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998.

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta (Ed.) *América Latina. Negociación colectiva y equidad de género*. Santiago de Chile: OIT, 2005.

ACKER, Sandra. *Género y Educación – Reflexiones sociológicas sobre mujeres, enseñanza y feminismo*. Madrid: Narcea, 1995.

AGUILAR, Paula L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 126-133, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a14.pdf>>.

ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P. *Historia de las mujeres: una historia propia*. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1992 (2v.).

ANDRADE, Priscilla M. de. A economia solidária é feminina? Mulheres e Trabalhos. *Ser Social*, v. 10, n. 23, 2008, p. 139-169. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/37>.

APPLE, Michael. *Maestros y textos. Una economía política de las relaciones de clase y de sexo en educación*. Barcelona: Paidós, 1989.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BANDEIRA, Lourdes M. Divisão sexual do trabalho, práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 155-176.

_____. Mulheres em dados: o que informa a Pnad/IBGE, 2008. In: BRASIL, Presidência da República. Edição Especial da *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho*. Brasília/DF: SPM, 2009, p. 107 a 128. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/trabalho/trabalho-1>>.

BLAY, Eva A. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina. Introducción. Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen (Comp.) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994, p. 15-109.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*. Ano 2, n. 3, 1994, p. 17-32. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>>.

_____. Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998, p. 277-294.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, 2000, p. 67-104.

_____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 45-87.

CAPALBO, Beatriz C. de; CANDIA, Matilde L. de G. *La mujer en la educación prescolar argentina*. Buenos Aires: Latina, 1982.

CAPPELLIN, Paola. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, Ana A. et al. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 81-118.

_____. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? *Gênero*, v. 9, n. 1, 2008, p. 89-126.

CARLOTO, Cássia M.; GOMES, Anne G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, n. 105, p. 131-146, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>>.

CARRASQUERO, Pilar C. *La doble presencia*. Tese doctoral defendida em el Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2009. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5147/pco1de1.pdf;jsessionid=AFBAC48C30CD60E39D5138AB7B224B67.tdx2?sequence=1>>.

CARVALHO, Eronilda M. G. de. *Relações de gênero, cuidado e trabalho docente na Educação Infantil*. Ilhéus/BA: Editus, 2011.

CARVALHO, Marília P. de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, p. 77-84, 1996. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n02/n02a07.pdf>>.

_____. *No coração da sala de aula. Gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo-SP: Xamã, 1999.

CARRILHO, Anabelle. Ações afirmativas de gênero e trabalho. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, jan./2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011_AnabelleCarrilhoCosta.pdf>.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 9. ed., 2010.

CASTRO, Mary G. Gênero, raça/etnicidade, trabalho e sindicalismo no Brasil. *Cadernos da Área. Estudos de Gênero*, n. 4, 1996, p. 15-46.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: A construção de um objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216-251.

CATTÁNEO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 106-111.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo-SP: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Amanda F. *Relatório Final Individual – Feminização e feminilização: análise e revisão bibliográfica*. Relatório da Prática de Pesquisa 3, Departamento de Serviço Social, Grupo de Pesquisa TEDis. Brasília-DF: UnBrasília, 2012 (mimeo.).

CYRINO, Rafaela. *Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Marly de Jesus S. *Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na saúde pública*. São Luiz: Edufma, 2010.

DIEESE. *Negociação coletiva e equidade de gênero no Brasil. Cláusulas relativas ao trabalho da mulher 1996-2000*. São Paulo/SP: Dieese, ago./2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CB90335012CC6DA4E03545F/pesquisa17mulheroit.pdf>>.

_____. *Anuário das mulheres brasileiras 2011*. São Paulo: Dieese, 2011. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf>.

DI LISCIA, María Herminia B.; MARISTANY, José (Org.) *Mujeres y Estado en la Argentina: educación, salud y beneficencia*. Buenos Aires: Biblos, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres*. Madrid: Taurus, 1991/1993. Tomos 4 e 5.

DURÁN, María Ángeles (Dir.) *De puertas adentro*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1988.

_____. *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?* Brasília/DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FERNÁNDEZ, Alicia. *La sexualidad atrapada de la señorita maestra. Una lectura psicopedagógica del ser mujer, la corporeidad y el aprendizaje.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.

FERREIRA, Márcia Ondina V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22510.pdf>>.

_____. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. *Educação em Revista*, n. 47, p. 15-40, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/02.pdf>>.

FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 44-48.

GARCIA, Consuelo F. O acesso das mulheres à docência nos Institutos de Ensino Secundário, em Espanha: condições de acesso e características. *Revista Lusófona de Educação*, n. 12, p. 97-112, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rle/n12/n12a07.pdf>>.

GELDSTEIN, Rosa N.; WAINERMANN, Catalina H. *Trabajo, carrera y género en el mundo de la salud*. Buenos Aires: Cenep, 1989.

GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria S.; INI, María G. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Alfaguara-Taurus, 2000, Tomo 2.

GILES, Estela R. et al. La mujer y la carrera de ingeniería. In: GILES, Estela R.; GRASCHINSKY, Yudith L. *Mujeres, trabajo y salud en la era tecnológica*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, p. 41-92.

GOUVEIA, Aparecida J. *Professoras de amanhã. Um estudo de escolha ocupacional*. 2. ed. revista. São Paulo: Pioneira, 1970.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 467-474, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a10.pdf>>.

HEINEN, Jacqueline. Políticas sociais e familiares. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 188-193.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 89-108.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 595-609. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 251-256.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYPOLITO, Álvaro M. *Docencia – Trabajo, clases sociales y género*. Lima: Fondo Editorial Universidad de Ciencias y Humanidades, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>.

JACOBI, Juliane. Geistige Mütterlichkeit. *Die Deutsche Schule*. 1. Beiheft. Weinheim, 1990, s. 204-224.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Genevieve; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 159-166.

LAGRAVE, Rose-Marie. Una emancipación bajo tutela. Educación y trabajo de las mujeres en el siglo XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres – el siglo XX*. Madrid: Taurus, 1993, p. 465-501.

LE FEUVRE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, Albertina de O. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 299-314.

LIMA, M^a Ednalva B. de et al. (Org.) *Transformando as relações de trabalho e cidadania. Produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT, 2007.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf>>.

_____. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. COSTA, Albertina et al. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 387-402.

LOURO, Guacira L. *Prendas e antiprendas. Uma escola de mulheres*. Porto Alegre/RS: UFRS, 1987.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

LUIGGI, Alice H. *Sesenta y cinco valientes. Sarmiento y las maestras norteamericanas*. Buenos Aires: Agora, 1959.

MACEDO, Márcia. Mulheres chefe de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a13v21n53.pdf>>.

MARCONDES, Mariana M. A divisão sexual dos cuidados: do *welfare state* ao neoliberalismo. *Argumentum*, v. 4, n. 1, 2012, p. 91-107. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2106>>.

_____. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. UnB, mar./2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13410/1/2013_MarianaMazziniMarcondes.pdf>.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo/SP: Senac, 2003.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 85-90.

MELO, Hildete P. de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: Cepal, 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/22230/lcl2322p.pdf>>.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 101-105.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Estudio teórico comparado*. Madrid/España: Cátedra y Universitat de València, 2003.

MORGADE, Graciela. *El determinante de género en el trabajo docente de la escuela primaria*. Buenos Aires: Miño y Dávila y Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, UBA, 1992.

_____. (Comp.) *Mujeres en la educación: género y docencia en la Argentina. 1870-1930*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación/Miño y Dávila, 1997.

_____. Burocracia educativa, trabalho docente y género: supervisoras que conducen “poniendo el cuerpo”. *Educação & Sociedade*, v. 8, n. 99, p. 400-425, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a06v2899.pdf>>.

NASCIMENTO, Cecília V. do. *Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará/Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M5GKC/tesececiliavieira_nascimento.pdf?sequence=1>.

NOGUEIRA, Claudia M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

_____. *O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVAES, Maria Eliana. *Professora primária: mestre ou tia*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1984.

NUNES, Clarice. A sina desvendada. *Educação em Revista*, n. 2, 1985, p. 58-65. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n02/n02a12.pdf>>.

OLIVEIRA, Eleonora M. de. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec e CUT, 1999.

PEREIRA, Hildete; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, 2009, p. 135-158.

REIS, Maria Cândida D. *Tessitura de destinos: mulher e educação*. São Paulo: Educ, 1993.

RIZEK, Cibele S.; LEITE, Márcia P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 281-307. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998\(10\)/Rizek-Leite.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998(10)/Rizek-Leite.pdf)>.

ROCHA, M^a Isabel B. da (Org.) *Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios*. Campinas/SP: 34, 2000.

RODRIGUES, Almira; CORTES, Iaris R. Legislação sobre trabalho e gênero: período 1988-2010. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Trabalho e Gênero*, 2010, p. 36-44. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/trabalho/trabalho-1>>.

SAFFIOTI, Heleith. *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias*. Araraquara/SP: Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara, 1969.

_____. Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, n. 8, p. 95-141, 1985. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1848/1515>>.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

_____. Reminiscências, releituras, reconceituações. *Estudos Feministas*. Ano 0, n. 0, 1992, p. 97-103. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/REF/v0/Saffioti.pdf>>.

SARDENBERG, Cecilia M. B. (Org.) *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador/BA: Neim; São Paulo: CUT, 2004.

SAYÃO, Deborah T. *Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil*. Tese de doutorado, 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/DEBORATSE.pdf>>.

SEGNINI, Liliana. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo: Edusp, 1998.

SOARES, Ângelo. Automação, (des)qualificação e emoção nos paraísos do consumo. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998a, p. 113-146. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51177>>.

SOARES, Vera. Acordos coletivos e as trabalhadoras. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998b, p. 143-166.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, 2. ed.

SULLEROT, Evelyne. *La mujer, tema candente*. Madrid: Guadarrama, 1971.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, feminização e feminilização. In: HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas dos S.; GARCIA, Maria M. A. (Org.) *Trabalho docente: formação e identidades*. Pelotas/RS: Seiva, 2002, p. 67-97.

TEIXEIRA, Marlene. As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. In: COSTA, Albertina et al. *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife/PE: SoSCorpo, 2010, p. 67-81.

TORNS, Teresa. Desemprego e tolerância social à exclusão: o caso da Espanha. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo/SP: Senac, 2003, p. 247-258.

_____. et al. *Las políticas del tiempo: un debate abierto*. Barcelona: Ajuntamento de Barcelona, 2006. Disponível em: <<http://w110.bcn.cat/UsosDelTemps/Continguts/Documents/Publicacions/Dossiers/1%20Las%20politicass%20del%20tiempo%20un%20debate%20abierto.pdf>>.

UNIDAD MUJER Y DESARROLLO. Entender la pobreza desde la perspectiva de género. *Serie Mujer y Desarrollo*, n. 52, Santiago/Chile: Cepal-Unifem, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/14795/lcl2063e.pdf>>.

VIANNA, Claudia P. *Os nós do “nós”. Crise e perspectivas da ação coletiva em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, 2001, p. 81-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>.

WAINERMAN, Catalina H.; GELDSTEIN, Rosa N. *Condiciones de vida y de trabajo de las enfermeras en Argentina*. Buenos Aires: Cenep, 1990.

WERLE, Flávia O. C. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a05n126.pdf>>.

WIRTH, Linda. *Breaking through the glass ceiling: women in management*. Geneva: International Labour Office, 2001.

WOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM Pocket, 2012.

YANNOULAS, Silvia C. Trabalho feminino: discursos e realidades. In: FREITAG, Bárbara; SOBRAL, Maria Francisca (Org.) *Marx morreu: viva Marx!* V. 1, p. 147-167. Campinas/SP: Papirus, 1993.

_____. *Educar: uma profesión de mujeres?* Buenos Aires: Kapelusz, 1996a.

_____. *Brasileras y argentinas: vidas paralelas?* *Estudios Sociales* (Santa Fe), v. VI, p. 103-121, 1996b. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/591/1/ES_6_10_1996_pag_103_121.pdf>.

_____. Notas para a integração da perspectiva de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.) *Trabalhando com a diversidade na educação profissional*. V. 1, p. 69-105. São Paulo/SP: Flacso/Brasil-Unesp, 2001. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/336.pdf>>.

_____. (Coord.) *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda*. Brasília: Flacso; Abaré, 2003. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/347.pdf>>.

_____. *Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria*. *Temporalis*, v. 2, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>.

ZAREMBERG, Gisela (Coord.) *Políticas sociales y género*. México: Flacso México, 2008. Tomo I (La institucionalización) y Tomo II (Los problemas sociales y metodológicos).